

A CONTABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO: UM EXAME PRELIMINAR SOBRE O CIRCUITO INFERIOR DA EXPANSÃO URBANA DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

EXPROPRIATION OF ACCOUNTING: A PRELIMINARY SURVEY ON THE LOWER CIRCUIT OF THE URBAN EXPANSION OF THE SÃO PAULO METROPOLITAN AREA

Carlos Alberto Rizzi¹

RESUMO

No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mário Covas, seu trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. Em 2007, foram realizadas entrevistas com a Defesa Civil da sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó e com o sub-prefeito de Jacanã-Tremembé. Também foram realizados trabalhos de campo, nesse mesmo ano, em áreas dessas referidas sub-prefeituras e também na região da “Cratera” e “Colônia”, na zona sul de São Paulo, região conhecida como Parelheiros. Esses campos e entrevistas foram realizados com o objetivo de se observar a questão da urbanização periurbana da Metrópole de São Paulo e sua relação com áreas legalmente protegidas. O texto a seguir é composto de informações extraídas dessas fontes secundárias reforçadas por dados oficiais e estruturado a partir de determinados referenciais teóricos da geografia crítica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Ambiental - Habitação Social – Urbanização - Circuitos da Economia Urbana.

ABSTRACT

In the late 2000s, with the impending construction of a section of the Mario Covas Ring Road, its northern stretch, made possible by funds from the Growth Acceleration Program - PAC for transportation, the issue of funds for consumption, or the peri-urban areas of the metropolis, has gained importance for the active agents of capital in urban space. In 2007, interviews were held with the Civil Defense of the sub-prefecture Brasilândia-Freguesia do Ó and the sub-prefect of Jacanã-Tremembé. Were also conducted field work in the same year, in areas of these referred to sub-prefectures in the region and also the "Cratera" and "Colônia" in the south of São Paulo, a region known as Parelheiros. These fields and interviews were conducted in order to observe the issue of urbanization of the suburban metropolis of Sao Paulo and its relation to legally protected areas. The following consists of information extracted from these secondary sources reinforced by official data and structured based on certain theoretical geography of contemporary criticism.

KEYWORDS: Environmental Crime - Social Housing - Urbanization - Circuits of Urban Economy.

INTRODUÇÃO

No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mári Covas, o trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. O texto a seguir foi composto através de relatos de trabalhadores e moradores dessas regiões, em especial, acerca da questão fundiária desses espaços. Em especial, a crônica desses trabalhadores metropolitanos aportam assuntos como: a liquidez gerada pelo despejo em determinadas áreas; a questão dos materiais de construção para a expansão urbana e; acima de tudo, a incapacidade do poder público em elucidar a

questão estrutural e historicamente construída da habitação social nas grandes cidades brasileiras. Esses relatos correspondem à um importante insumo para o estudo do circuito inferior da economia urbana no âmbito da questão da moradia metropolitana. Muito embora essa análise tenha permanecido de fora do texto final de uma dissertação de mestrado versada em tema correlato, certas posturas ali presentes não teriam sido tomadas sem a realização prévia dessa leitura sobre o espaço urbano da metrópole paulistana. A leitura espacial herdada da formação em geografia no ilustre Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, foi instrumentalizada pelas obras de geógrafos críticos como Milton Santos, Francisco Capuano Scarlato e María Laura Silveira. Com a inserção no Programa de Pós-graduação em geografia do mesmo Departamento, outras leituras posteriores foram agregadas à essa formação. Em especial, as obras críticas de língua anglo-saxã tiveram especial apreço, como por exemplo, os trabalhos de Neil Smith, Mike Davis e David Harvey. Do primeiro conjunto de bibliografia, o conceito-chave utilizado para estruturar o presente trabalho é o conceito de Circuitos da Economia Urbana, desenvolvido por Milton Santos em sua obra chamada “Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana”, o que deu suporte epistemológico ao texto. A postura crítica e metodológica, por sua vez, está mais ligada, não somente aos autores latino-americanos como aos autores anglo-saxões, em especial, Mike Davis e David Harvey. Desses, a contribuição é o estudo do papel das facções de capital atuantes no espaço urbano.

DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA

O processo de horizontalização da metrópole, vetorizado na conseqüente difusão da moradia popular assentada sobre as condições apresentadas por BONDUKI (1999) somente ganha mais força e celeridade após a segunda metade do século XX. Entre 1940 e 1970, os loteamentos periféricos “sem qualquer cuidado” espalharam a cidade para todas as orientações cardinais (MARTINS, 2003, p.174). Entre 1973 e 1993 a população favelada na cidade cresceu de 1,2% para 19,8% “no ritmo explosivo de 16,4% ao ano” (DAVIS, 2006, p.27).

O resultado disto é que, no final do século XX, esse padrão de ocupação periférica se intensificou, especialmente, por conta da favelização e dos loteamentos irregulares, produzidos, quase sempre, sobre terrenos frágeis (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.2). Entre 1986 e 2001, no entorno-sul do Parque Estadual da Cantareira os lugares com remanescentes de floresta passaram a ser urbanizados mais rapidamente (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.7), especialmente nos distritos de Jaraguá e Brasilândia, à oeste, e os distritos de Jacanã e Tremembé, à leste (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.8). A geografia de muitos desses loteamentos se assemelha, mais ou menos, aos processos apresentados por BONDUKI (1999) e por MARTINS (2003). Na escala planetária, também encontram lugar-comum nos exemplos apresentados no brilhante estudo de Mike Davis, chamado Planeta Favela, publicado no Brasil em 2006. No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mário Covas, o trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. É nesse contexto em que se inserem o conjunto de informações e dados a seguir apresentados. Em 2007, foram realizadas entrevistas com a Defesa Civil da sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó e com o sub-prefeito de Jacanã-Tremembé. Também foram realizados trabalhos de campo, nesse mesmo ano, em áreas dessas referidas sub-prefeituras e também na região da “Cratera” e “Colônia”, na zona sul de São Paulo, região conhecida como Parelheiros. Esses campos e entrevistas foram realizados com o objetivo de se observar a relação entre a urbanização periurbana e áreas legalmente protegidas da Região Metropolitana de São Paulo. A análise das informações extraídas concluiu haver a necessidade de se abordar a questão da expansão urbana (motor da problemática-alvo) a partir da noção dos circuitos da economia urbana. Através das entrevistas foi entendido que determinadas ações do poder público municipal desempenham um importante papel na *reprodução ampliada* da expansão urbana. Quando uma área é desapropriada, as famílias dali removidas recebem, de um modo geral, três

tipos de compensações não-oficiais: R\$ 5.000,00 reais em passagens de ônibus para voltarem para suas terras de origem; R\$ 8.000,00 para darem entrada num novo imóvel, ambos conhecidos como “cheque-despejo” e; R\$ 300,00 reais de bolsa-aluguel para permanecerem em algum lugar à espera de um apartamento pelo sistema do CDHU.

Quadro 1 - Contabilidade da Desapropriação	
Opções oficiais	R\$ Finalidade
1ª - Em passagens de ônibus ou cheque-despejo	5.000,00 Para retornar à sua terra de origem
2ª - Em reais	8.000,00 Para dar entrada em novo imóvel
3ª - Bolsa-Aluguel	300,00 Alugar algo enquanto espera moradia pelo CDHU
Opções extra-oficiais	R\$ Finalidade
1ª - Um carro usado	1.500,00 Fusca, Brasília, Fiat 147 etc. (pau velho)
2ª - Um barraco novo	500,00 Em lugares muito similares ao que fora expulso.
3ª - Casas Bahia e Mercadinhos	3.000,00 O restante é destinado para compra de móveis usados, alimentação e outros.

Obs.: Valores financiados pela Prefeitura de São Paulo.

Fonte: Visitas técnicas e de campo realizadas nos dias 22 e 23 de agosto de 2007.

Como todas essas formas de compensação não-oficiais estão muito abaixo dos valores mínimos exigidos para a inserção no mercado formal da moradia metropolitana, a alternativa encontrada pelas famílias removidas é a reinserção no sistema da urbanização periurbana precária. Essa reinserção é financiada, justamente, através da injeção dos recursos de um desses três tipos de compensação não-oficial. Essa reinserção é realizada, seja através da compra de outro barraco, seja para a compra de materiais de construção para a construção de um novo barraco, seja para a compra de móveis usados necessários para a mobiliar a nova moradia.

Os entrevistados, tanto na zona sul quanto na zona norte do Município de São Paulo, quando perguntados sobre as possíveis práticas de distorção desse sistema, foram enfáticos em afirmar que: com R\$ 5.000,00 reais, facilmente se compra um carro velho que custa em média R\$ 1.500,00 reais; um novo barraco custa perto de R\$ 500,00 em lugares similares ao que até então residia o desapropriado; o restante do dinheiro é destinado à compra

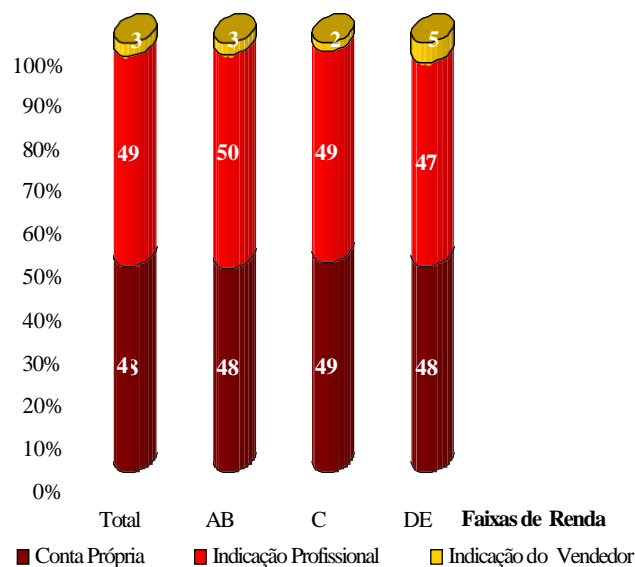
de móveis usados de moradores de áreas consolidadas próximas que procuram sempre um meio de se desfazer deles (ver quadro 1). Essa reprodução da urbanização precária e irregular é uma das muitas facetas daquilo que é conhecido como *circuito inferior* da economia urbana: uma economia marginal; de pequenas quantidades; caracterizada pela extrema liquidez das trocas e das mercadorias; onde *o consumo e o labor* são as únicas mercadorias do trabalhador (SANTOS, 2004, p.47).

Tais práticas de distorção são conhecidas pelos administradores e as práticas de controle dessas ações foram, igualmente, coletadas durante as entrevistas. Para impedir a reincidência das famílias removidas há um cadastro onde as pessoas das áreas de riscos são registradas. Para a reprodução da urbanização irregular, essas famílias removidas necessitavam comprar, novamente, materiais de construção civil, como por exemplo, cimento, tijolos, telhas, madeiramento, etc. Os administradores dessas regiões desenvolveram um inusitado tipo de monitoramento para congelar tais vendas. Foi criado um cadastro para os donos de lojas de construção-alvo dos desabrigados. A eficiência dessa ação reside no *cruzamento de dados* entre os dois cadastros: quando um invasor fichado acionar alguma loja de material de construção cadastrada poderá ser identificado e enquadrado como criminoso ambiental reincidente e ter uma pena de 1 a 5 anos de reclusão (VITALLI, 2007, p.21).

Além dessa estratégia de repressão, a escalada da criminalização à essa faceta da urbanização periurbana, teve novos episódios, com a criação da Delegacia de Crimes Ambientais, da Inspeção da Guarda Ambiental e da formação da Defesa das Águas, órgãos responsáveis pela vigilância, congelamento de áreas, mapeamento e remoção de favelas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 14/07/2007). Para uma maior eficácia, a Prefeitura de São Paulo chegou a investir em tecnologia de informação geoespacial, com o uso de imagens de satélite para o monitoramento da progressão da urbanização periurbana (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 24/03/2008) contra essa nova forma de banditismo urbano.

Nova não tanto. É uma vocação de longa data da política paulistana de criminalizar a questão da moradia através do viés da natureza. A junção das questões da moradia e da saúde pública naquilo que hoje se chama de crime ambiental é uma constante nessa cidade. Se observarmos que, ali, as primeiras crises habitacionais, já no final do século XIX, foram enfrentadas pela prefeitura de São Paulo através da providencial questão sanitária, servida mais como instrumento de repressão contra o comunismo e anarquismo operários, nos antigos cortiços de imigrantes, veremos que, essa nova etapa de criminalização da habitação social, assentada sobre a dramática questão da habitação social, historicamente nunca resolvida pela burguesia paulistana, algo muito bem esclarecido por BONDUKI (1999) em seu já clássico *Origens da Habitação Social no Brasil*, está baseada, mais uma vez, na inclusão do trabalhador metropolitano no roll dos criminosos, desta vez, na versão do criminoso ambiental.

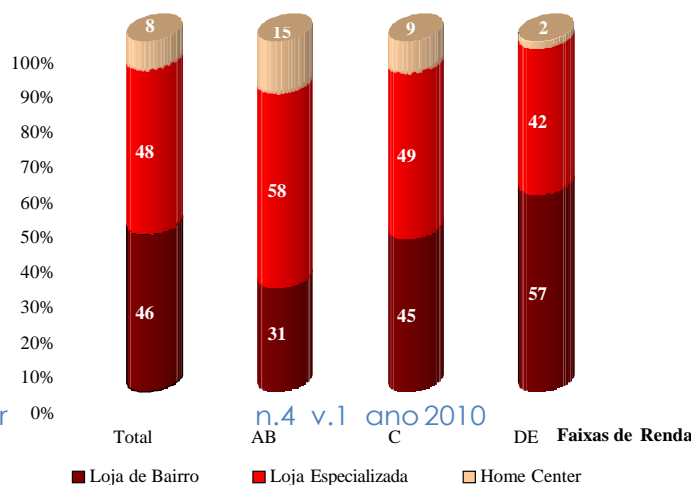
Numa situação pitoresca, a sub-prefeitura de Parelheiros-Capela do Socorro, para a região da “Cratera”, proibiu a venda de materiais de construção, em especial, tijolos. Já nas áreas desocupadas na sub-prefeitura de Brasilândia, a Defesa Civil instalou hortas comunitárias. Nesse último, o lugar é fechado com cerca e muro de contenção para evitar *roubos e deslizamentos*. Ambas as ações são localizadas, basicamente, “em terra urbana de baixo valor em geral em lugares de risco ou extremamente marginais, como planícies sujeitas a enchentes, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas” (DAVIS, 2006, p.49), ou seja, em lugares não interessantes para o mercado imobiliário, mas que precisam da presença estatal.



Fonte: Apresentação “Estudo Especial – Material de Construção”.

Daí uma questão urge: quanto custa para se morar nessas franjas de urbanização? Um interessante estudo chamado “Estudo da Construção”, realizado pela Latin Panel Brasil e com material disponível no site da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMACO apresenta dados que corroboram a força da auto-construção. Segundo os dados apresentados, 48% dos consumidores entrevistados realizam as compras de materiais por conta própria. Apenas 1% menor e de diferença em relação à opção mais lembrada: indicação profissional. As entrevistas ocorreram nas grandes regiões metropolitanas do Brasil. Foram ao todo, 44 milhões de famílias entrevistadas, ou 81% da população domiciliar pelo IBGE. A pesquisa apresentou a informação que, sobre a habitação, a Classe C em 2006, gastou 11,9% e em 2007, 13,3%, do gasto familiar total. Outra perspectiva apresentada pela pesquisa demonstra que o modo como se realiza a compra de construção é similar em todas as classes (Gráfico 1).

Gráfico 2 - Local de compra de materiais de construção



Fonte: Apresentação “Estudo Especial – Material de Construção”.

O modo como se compra, segundo a própria pesquisa, vai se realizar com muita frequência nas chamadas *lojas de bairro* (Gráfico 2). A casa própria, esse elemento tão imprescindível à reprodução da vida do trabalhador torna-se, ao mesmo tempo, um subterfúgio às estratégias do capital e um vantajoso aparelho transformista (no strictu sensu gramsciano), pois, dissemina o “gosto” de setor popular engajado “ao princípio da propriedade privada, além de promover a ética de um ‘individualismo possessivo’ bem como a fragmentação dessa classe em ‘classes de habitação’ constituídas de inquilinos e proprietários” (HARVEY, 1982, p.13).

Nas classes mais baixas (C, D e E) isto será muito mais verdade (Gráfico 1). Nessas camadas, a auto-construção irá se realizar por meio de uma lógica espacial, passível até de ser localizável. Mas, ainda resta a questão sobre o que exatamente se compra e com que liquidez se compra. Para se levantar tal informação, foi consultada, tanto em campo quanto em fontes secundárias, o modo e o custo real dos materiais para a construção. O acesso à casa própria, quando é feito, se realiza apenas mediado pelo microcrédito, fato que explicita não a chegada emancipadora do trabalhador à casa própria e sim, “a penetração de capital-dinheiro numa posição de controle, dentro do fundo de consumo” (HARVEY, 1982, p.13). O superindivíduo é caso claro e, “Em troca, o trabalhador pode lentamente estabelecer alguma equidade com relação à propriedade.” (HARVEY, 1982, p.13).

Este endividamento espacial no mercado habitacional é estratégico, pois este “é de longe, em termos quantitativos, o mercado mais importante de qualquer elemento individual do ambiente construído”. O artifício transformista, ganha a atenção do capital industrial, ou seja, do empregador do trabalho, à medida que pode trazer para “seu lado”, frações da classe trabalhadora, capaz mesmo de fazê-las comprometerem-se à defesa “do princípio da propriedade privada e [...] a se apropriar de valores às custas de outra frações da classe trabalhadora” (HARVEY, 1982, p.14).

A reveladora entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2007 na sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó com o funcionário da Defesa Civil da sub-prefeitura o senhor Lacerda, apresentou importantes assertivas sobre a condição e dinamismo dessa auto-construção. O perigo das chuvas e da pressão para a retirada da população invasora condiciona, pois, um grande rodízio de construção/reconstrução das moradias precárias.

O uso do dinheiro público para sua *reprodução ampliada* na urbanização periurbana indica sua mais fina caracterização, pois, “o circuito inferior é um fenômeno econômico mais amplo, não delimitado geograficamente, e que representa a condição de dependência de todo um sistema econômico” (SANTOS, 2004, p.69-70). Ora, esta contabilidade da desapropriação está muito abaixo do padrão oficial de moradia simples, pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Nesta pesquisa, o custo de uma “cesta básica” para materiais de construção é orçado em torno do mediano preço de R\$ 766,00 o metro quadrado. Este valor, custo unitário, gerado através do sítio da Caixa quer representar um residencial popular, com um pavimento, embrião tipo “A”, unifamiliar e Econômica Federal, composta de sala, cozinha e banheiro – sem quarto. A descrição termina com a caracterização de Padrão Baixo (SINAPI, 10/10/08). Além disso, os índices e custos da construção mais altos do Brasil estão no Sudeste e em especial, em São Paulo. Segundo mesma fonte de informações, o Índice Base SINAPI varia muito seja para o Sudeste com R\$ 701,42, seja para o São Paulo R\$ 732,02 (SINAPI, 10/10/08).

Como a tabela 3 apresenta, a renda média oficial está abaixo desse custo formal. São nada desprezíveis 3.250 domicílios somados nestas três localidades, onde pelo menos, a injeção de capitais marginais se faz, com pequena margem de erro, nas práticas de distorção do sistema oficial de desapropriação. A HABISP não disponibiliza o total efetivo de pessoas que moram nestes domicílios.

]

Tabela 3 - Favelas visitadas em trabalho de campo no distrito de Brasília			
Nome principal	Jardim Damasceno	Morro do Piolho	Recanto Das Estrelas
Nome secundário	Hugo Italo Merigo	Jardim Vista Alegre	Jardim Brasília
Ano de ocupação	1991	1977	1988
Área total	65509,906	14028,641	39033,698
Total de domicílios	2000	300	950
Renda média	394,2	715,98	360,79
Propriedade	Municipal/		
	Particular	Municipal	Municipal
Regularização Fundiária	Irregular	Irregular	Irregular
Índice Vulnerabilidade	0,86	0,97	0,84
Urbanizável	Urbanizável	Urbanizável	Urbanizável

Fonte: Secretaria de Habitação Social - HABISP

Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/>

Data de acesso: 14/05/2009

Esse exemplo é um poderoso indicador da presença dos circuitos da economia para a questão da terra urbana. Milton Santos descreve que do seguinte modo os dois circuitos econômicos: no circuito superior, afirma, estão presentes os “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”; já no circuito inferior, as “formas de fabricação não –‘capital intensivo’, [...] serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e [...] comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p.40) e caracterizam tal circuito, não como algo independente do circuito superior e sim, como, ao mesmo tempo, seu sub-produto sua *válvula de escape* para as contradições estruturais não resolvidas pela burguesia, como por exemplo, a questão histórica da moradia metropolitana. As estratégias para a realização do consumo nos circuitos serão distintas. No circuito superior, onde a alta tecnologia, “capital intensivo” e “grandes volumes de mercadorias” são determinantes, os créditos bancários e burocrático são recorrentes. No circuito inferior, onde o trabalho é intensivo (pedreiros, carpinteiros, artesãos, trabalhadores do comércio e serviço informal etc), localmente adaptado e caracterizado por pequenas quantidades, o crédito (fiado, agiotas, caixa-dois etc) e o dinheiro líquido (ver quadro 1) são imprescindíveis (SANTOS, 2004, p.44-45). Têm-se aqui demonstrado tais assertivas com o exemplo da chamada Contabilidade da Desapropriação, uma

forma marginal de circuito inferior da economia para a questão da urbanização periurbana paulistana.

O valor de R\$ 500,00 por um barraco demonstra a existência de uma economia logo abaixo dos custos oficiais. Segundo o entrevistado, o empresário grileiro é o principal agente na urbanização irregular: ele organiza um grupo para invadir determinadas áreas. Após a entrada do grupo e consolidação da área – após se resistir à pressão da Defesa Civil e da polícia ambiental - ele próprio vende o lote. Objetiva-se assim produzir mais espaço urbano, mais investimento e um potencial recolhimento de impostos, uma vez que aí se trata da conversão, por exemplo, do solo rural de onde se recolhe o Imposto Territorial Rural – ITR pelo solo urbano de onde provém o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Essa economia da auto-construção se realiza através de valores módicos, valores estes alimentados pela iniciativa pública e pelo árduo trabalho dos pobres urbanos, como as entrevistas.

Tabela 4 - Questão Fundiária das favelas da Sub-prefeitura Jaçanã-Tremembé			
Regularização			
	Irregular	Em Processo Prefeitura	Prefeitura e Cartório
Municipal	4		4
Municipal Particular	1		1
Municipal/Estatal			
Municipal/Federal			
Estadual			
Particular/Municipal	2		2
Particular/Estatal			
Particular/Federal			
Particular	1		1
Decreto Interesse Social (2 áreas)		1	1
Sem Informação	2		2
Total de favelas	10	1	11

Fonte: Secretaria de Habitação Social - HABISP

Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/>

Data de acesso: 14/05/2009

Em entrevista realizada em 22 de agosto de 2007 com o sub-prefeito e equipe, afirmam que essa região possui 64km². Sobre a urbanização de baixo padrão, hoje, na sub-prefeitura, têm-se a iniciativa de congelar novas ocupações. A situação é apresentada como drástica porque, segundo mesma

fonte, a urbanização no distrito Jaçanã-Tremembé, cresce 12% ao ano, ao passo que na RMSP a mesma variável cresce apenas 0,8%. Segundo a equipe do sub-prefeito, a ocupação irregular ocorre por conta de parcelamento irregulares de grileiros (empresários) que vendem irregularmente as terras ocupadas. Para eles, num sentido irônico, “Tremembé é reduto de arquitetos e Jaçanã é reduto de empreendedores”. Ambas as metáforas são na realidade, estratégias de loteamento, a base da irregularidade das áreas favelizadas e da chamada cidade legal. Em seu interior, é “A locação, na verdade [...] uma relação social fundamental e divisava na vida favelada no mundo todo” (DAVIS, 2006, p.52).

Segundo dados da Secretaria da Habitação Social – HABISP, da totalidade dos loteamentos irregulares no município de São Paulo (1152), 236 destes estão localizados na Zona Norte, totalizando 45.364 lotes. Na sub-prefeitura Jaçanã-Tremembé constam 69 loteamentos irregulares com 12.488 lotes registrados. Nenhum destes, segundo os dados observados, está localizado em área de proteção de mananciais, contudo, 57 loteamentos irregulares estão caracterizados com Vulnerabilidade Média e 15 loteamentos com Vulnerabilidade Muito Alta. Destes, 21 loteamentos foram encontrados em fundo de vale, sujeitos, portanto, à inundações. É mais do que dever da sub-prefeitura auxiliar esta população quando há enchente. Situação totalmente díspare é a encontrada na Zona Sul. Lá, a análise dos dados deixa claro que, da totalidade dos loteamentos do município de São Paulo (1152), 278 estão total ou parcialmente localizados em áreas de proteção de mananciais, todos na Zona Sul do município. O mesmo não ocorre na Zona Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Circuitos da Economia Urbana são uma realidade das grandes cidades latino-americanas e são responsáveis pelas suas principais dinâmicas espaciais. Em especial, o artigo tratou de uma ínfima faceta do circuito inferior: as práticas de distorção e repressão adotadas por conta da retroalimentação da reprodução ampliada da urbanização precária e irregular, induzida pela

ação errática do poder público municipal sobre a questão da moradia metropolitana. O trabalhador pobre metropolitano, em sua luta diária contra a exploração secundária assentada sobre a moradia, acaba se tornando a figura central desse conjunto aqui denominado Contabilidade da Desapropriação, que é, na verdade, é um sub-produto do conjunto mais amplo dos circuitos da economia urbana das grandes cidades latino-americanas. O presente artigo teve por objetivo, tentar deixar o mais claro possível, o diálogo entre as informações coletadas nas entrevistas e a bibliografia adotada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMACO - Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção. *Estudo Especial: Material de Construção*. Apresentação baseada em dados levantados pela pesquisa “Estudo de Construção – LatinPanel, Holistic View 2007 – Brasil”. Disponível em: <<http://www.anamaco.com.br/videos.php>>. Acesso em: 13 out. 2008.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, 343p.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução Beatriz Medina, São Paulo: Boitempo Editorial. 2006, 272p.

HABISP – Secretaria de Habitação Social. *Disponíveis em dados vetoriais: Loteamentos Irregulares, Favelas, Processos de Regularização Fundiária, entre outros assuntos*. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/>>. Acesso em: 14 maio 2009.

HARVEY, David. O trabalho, o capital, e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Tradução Flávio Villaça. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, 1982, p.6-35.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. São Paulo: Além do Plano Diretor. In: Dossiê São Paulo I. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, jan/abr. 2003, p.167-186.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Prefeitura leva Operação Defesa das Águas à região da Cantareira (14/07/2007)*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=17180>. Acesso em: 21dez. 2009.

_____. *Prefeitura usará imagens de satélite para monitorar áreas verdes (24/03/2008)*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=2235022350>. Acesso em: 21 dez. 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Coleção Milton Santos 4. São Paulo: Edusp, 2004. 431p.

SILVA, Lucia Sousa; GROSTEIN, Maria Dora. *A ocupação ao sul do Parque Estadual da Serra da Cantareira: um estudo empírico*. s/d, 20p.

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. *Pesquisas interativas: Cesta Básica de Materiais, Casa-Embrião*, entre outras. Disponível em: <<https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/interno.asp>>. Acesso em: 10 out. 2008.

VITALLI, Patrícia de Luca. *Análise dos aspectos jurídicos correlatos à Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Estação Ecológica de Assis (SP)*. UFSCar: São Paulo, 2007, 148p.

ⁱ Mestrando em Geografia Urbana do Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo (FFLCH-DG-USP). Graduado em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.